

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.051 DE 19 DE MAIO DE 2021.**

Institui o Documento Eletrônico de Transporte e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, e a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se ao Art. 4º da Medida Provisória nº 1.051/2021, o §4º, nos seguintes termos:

Art. 4º Os órgãos e as entidades da administração pública federal intervenientes em operações de transporte deverão unificar no DT-e os documentos e as demais obrigações administrativas de sua competência relacionadas às operações de que trata esta Medida Provisória.

.....

§4º O DT-e deverá conter campo destinado ao registro de toda e qualquer licença ou autorização exigida por órgão público federal para a operação de transporte, desobrigando o transportador do porte de documento físico para sua comprovação.

**JUSTIFICAÇÃO**



Considerando que o DT-e pretende ser um documento unificador das informações exigidas pelos vários órgãos federais competentes nas operações de transporte, é razoável que, em contemplando dados de registros, licenças, autorizações, permissões etc., esses sejam dispensados da impressão e do porte obrigatório.

Sala da Comissão, de maio de 2021

